DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

www.pwc.com.br

CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

pwc

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 28 April 2023 | 15:10 BRT
ICP Brasil
A0D1B2E4F4C8B0D1B2E4F4C8B0D1B2E4

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2
ATIVO 3
PASSIVO 3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES 6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL 9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 9
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 10
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO 15
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 16
(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 16
(7) TRIBUTOS A COMPENSAR 17
(8) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS 17
(9) INTANGÍVEL 19
(10) FORNECEDORES 19
(11) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER 20
(12) OUTRAS CONTAS A PAGAR 20
(13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 20
(14) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 21
(15) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA 22
(16) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 22
(17) RESULTADO FINANCEIRO 22
(18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 23
(19) GESTÃO DE RISCOS 24
(20) INSTRUMENTOS FINANCEIROS 25
(21) COMPROMISSOS 26
(22) EVENTOS SUBSEQUENTES 27

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. ("CPFL Brasil Varejista" ou "Sociedade"), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da CPFL Energia e podem ser acessadas em **www.cpfl.com.br/ri**.

A Sociedade esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Sociedade não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2022, não houve investimentos significativos efetuados pela Sociedade.

A Sociedade apresentou o Lucro operacional de R$ 3.655, comparando com o lucro de R$ 720 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Sociedade destinou R$ 111 a título de constituição de reserva legal e R$ 2.110 a título de dividendos propostos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.119	2.865
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	4.435	6.611
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	-	6
Outros tributos a compensar	7	7	17
Total do circulante		**9.561**	**9.498**
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	173	-
Outros tributos a compensar	7	14	14
Créditos fiscais diferidos	8	336	679
Intangível	9	53	211
Total do não circulante		**575**	**903**
Total do ativo		**10.136**	**10.401**

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	10	3.288	6.130
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	20	76
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	11	463	83
Outras contas a pagar	12	82	50
Total do circulante		**3.853**	**6.339**
Patrimônio líquido	**13**		
Capital social		3.565	3.565
Reserva legal		266	155
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		342	342
Dividendo		2.110	-
		6.283	**4.062**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**10.136**	**10.401**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	**14**	**33.171**	**51.937**
Custo com serviços			
Custo com energia elétrica	**15**	**(29.125)**	**(51.066)**
Outros custos com operação	16	(391)	(151)
Lucro operacional bruto		**3.655**	**720**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		**6**	**4**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		6	4
Outras despesas com vendas		-	-
Despesas gerais e administrativas		**(540)**	**(510)**
Depreciação e amortização		(158)	(166)
Outras despesas gerais e administrativas	16	(382)	(344)
Outras despesas operacionais		**(27)**	**(15)**
Outras despesas operacionais	16	(27)	(15)
Resultado do serviço		**3.093**	**200**
Resultado financeiro	**17**		
Receitas financeiras		256	337
Despesas financeiras		(20)	(28)
		236	**309**
Lucro antes dos tributos		**3.329**	**509**
Contribuição social	9	(300)	(46)
Imposto de renda	9	(808)	(103)
		(1.108)	**(149)**
Lucro líquido do exercício		**2.221**	**360**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro Líquido do exercício	2.221	360
Resultado abrangentes do exercicio	**2.221**	**360**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

		Reserva de Lucro				
	Capital social	Reserva contratual	Reserva de retenção de lucro	Dividendo	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**3.565**	**137**	**-**	**1.312**	**-**	**5.014**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**360**	**360**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	360	360
Mutações internas do patrimônio líquido	**-**	**18**	**342**	**-**	**(360)**	**-**
Constituição da reserva legal	-	18	-	-	(18)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	342	-	(342)	-
Transações de capital com os acionistas	**-**	**-**	**-**	**(1.312)**	**-**	**(1.312)**
Dividendo proposto	-	-	-	(1.312)	-	(1.312)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**3.565**	**155**	**342**	**-**	**-**	**4.062**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.221**	**2.221**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.221	2.221
Mutações internas do patrimônio líquido	**-**	**111**	**-**	**-**	**(111)**	**-**
Constituição da reserva legal	-	111	-	-	(111)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	**-**	**-**	**-**	**2.110**	**(2.110)**	**-**
Aprovação de Dividendo proposto	-	-	-	2.110	(2.110)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.565**	**266**	**342**	**2.110**	**0**	**6.283**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro antes dos tributos	**3.328**	**509**
Depreciação e amortização	158	166
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	(4)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	-	60
	3.480	**731**
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.009	(1.183)
Tributos a compensar	16	5
Fornecedores	(2.843)	4.004
Outros tributos e contribuições sociais	381	76
Outros passivos operacionais	32	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**3.075**	**3.633**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(821)	(23)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**2.254**	**3.610**
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	1.344
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**-**	**1.344**
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(1.703)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(3.696)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**-**	**(5.399)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.254	(445)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**2.865**	**3.311**
	-	**-**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**5.119**	**2.866**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. (“CPFL Brasil Varejista” ou “Sociedade”) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que tem por objeto a comercialização de energia elétrica; a intermediação da compra e venda de energia de terceiros, a representação de agentes com participação facultativa junto ao operador do mercado de energia elétrica (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para fins de assunção das obrigações relativas à modelagem operacional, contabilização, liquidação financeira e demais obrigações vinculadas às transações comerciais, a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, inclusive o assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica, bem como para outras entidades atuantes no setor elétrico nacional e internacional, a terceirização de serviços relacionados com energia incluindo, mas não limitando, a operação, a manutenção e o monitoramento de sistemas de medição do consumo em tempo real dos ativos de energia de clientes, bem como a contratação e administração de terceiros, a construção, operação e manutenção de parques geradores de energia, por meio de equipe própria ou de terceiros, e a comercialização de títulos e certificados derivados de atributos da energia comercializada, vinculados ou não ao contrato de compra e venda de energia.

A Sede administrativa da Empresa está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Bloco II – térreo – sala 01 – Parque São Quirino – Campinas – SP – Brasil.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”) detém 100% do seu capital social.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 28 de abril de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens , que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 20 de Instrumentos Financeiros.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Empresa revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 - Créditos fiscais diferidos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Provisões para contingências

Em relação às provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa não possui litígios com probabilidades de perda provável ou possível.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Empresa tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Empresa não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Empresa não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

– como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

– os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

– como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

– a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Empresa mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Empresa relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e não são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Empresa não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

(ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 19.

- Capital social

Quotas ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Intangível

O ativo intangível da Empresa inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares, serviços e direito de desenvolvimento de sistema, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada que é calculada de forma linear e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.5 Dividendo e juros sobre capital próprio

Conforme definido no Contrato Social da sociedade e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da sociedade após a data de deliberação da Assembléia Geral.
Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato;

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

(iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total da receita da Empresa.

3.7 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Empresa registra em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.8 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2022, o Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1), sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram significativamente as demonstrações financeiras da Empresa.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Empresa não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC23)

Em fevereiro de 2021, a norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração". Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26)

Em fevereiro de 2021, a norma correlata ao CPC 26 (R1), para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações à norma são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32)

Em Em maio de 2021, a norma correlata ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26)

Em janeiro de 2020, a norma correlata ao CPC 26 (R1), emitiu alterações para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a empresa está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Empresa determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

- Intangível

O valor justo dos itens do ativo intangível, é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 20) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	1.685	2.769
Títulos de crédito privado (a)	3.434	96
Total	**5.119**	**2.865**

a) Corresponde a operações de curto prazo em CDBs e Operações Compromissadas com lastro de terceiros (Debêntures) realizadas com instituições financeiras de grande porte, que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente média em 2022 de 99% do CDI para CDB e 83,24% do CDI para Operações Compromissadas e em 2021, equivalente média de 99% do CDI para CDB e 80% do CDI para Operações Compromissadas.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

O saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	Saldos	Vencidos		Total	
	vincendos	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Classes de consumidores					
Industrial	2.452	-	-	2.452	2.435
Comercial	349	-	-	349	306
Faturado	**2.801**	**-**	**-**	**2.801**	**2.741**
Não faturado	(3)	-	-	(3)	(3)
Operações realizadas na CCEE	210	-	-	210	4
Concessionárias e permissionárias	1.428	9	-	1.437	3.891
	4.436	**9**	**-**	**4.445**	**6.633**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(10)	(23)
Total				**4.435**	**6.611**
Não circulante					
Operações realizadas na CCEE	173	-	-	173	-
	173	**-**	**-**	**173**	**-**
Total				**173**	**-**

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 20.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2021	**(23)**
Provisão revertida (constituída) liquida	13
Saldo em 31/12/2022	**(10)**
Circulante	(10)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	6
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**-**	**6**
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7	17
Outros tributos a compensar	**7**	**17**
Total circulante	**7**	**22**
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**-**	**-**
ICMS a compensar	14	14
Outros tributos a compensar	**14**	**14**
Total não circulante	**14**	**14**

(8) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

8.1 Composição dos débitos e créditos fiscais

	31/12/2022	31/12/2021
Bases negativas	87	177
Diferenças temporariamente indedutiveis/tributáveis	1	2
Subtotal	**88**	**179**
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	245	494
Diferenças temporariamente indedutiveis/tributáveis	3	6
Subtotal	**248**	**500**
Total	**336**	**679**
Total crédito fiscal	336	679

8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutiveis/tributáveis				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	2	2	6
Total	**1**	**2**	**2**	**6**

8.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

2023	123
2024	111
2025	100
2027	1
2028 a 2030	1
Total	**336**

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

8.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**3.328**	**3.328**	**509**	**509**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	-	(96)	-	(96)
Base de cálculo	**3.328**	**3.232**	**509**	**413**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	**(300)**	**(808)**	**(46)**	**(103)**
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	-	-	-	-
Total	**(300)**	**(808)**	**(47)**	**(103)**
Corrente	(209)	(556)	(32)	(64)
Diferido	(91)	(252)	(14)	(39)

(9) INTANGÍVEL

	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2020	**377**
Custo histórico	861
Amortização acumulada	(484)
Amortização	(167)
Saldo em 31/12/2021	**211**
Custo histórico	861
Amortização acumulada	(651)
Amortização	(158)
Saldo em 31/12/2022	**53**
Custo histórico	861
Amortização acumulada	(809)

(10) FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de serviço do sistema	6	2.088
Suprimento de energia elétrica	2.718	3.868
Materiais e serviços	564	175
Total	**3.288**	**6.130**

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

(11) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14	52
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6	24
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**20**	**76**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	446	-
Programa de integração social - PIS	3	14
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	13	67
Outros	2	2
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**463**	**83**
Total Circulante	**484**	**159**

(*) Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS: o aumento deve-se principalmente às alterações trazidas pela Resolução n° 14/2022 que foram (i) incidência do ICMS nas operações internas de venda de energia elétrica para consumidor final.

(12) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos	81	50
Outros	1	-
Total	**82**	**50**

(13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é de R$ 3.565 dividido em 3.565.216 quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, pela CPFL Comercialização Brasil S.A.

13.1 Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 608, que compreende: (i) reserva contratual de R$ 266 e (ii) reserva de reforço de capital de giro de R$ 342.

13.2 Destinação do lucro líquido do exercício

A Empresa apresentou um lucro de R$ 2.221 referente ao resultado do exercício 2022.

Lucro líquido base para destinação	**2.221**
Reserva Legal	(111)
Dividendo adicional proposto	(2.110)

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

13.3 Resultado por ação

O cálculo do lucro por quota básico em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi baseado no resultado líquido atribuível aos quotistas controladores e o número médio ponderado de quotas em circulação durante os exercícios apresentados.

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos quotistas	2.221	360
Denominador		
Média ponderada de quotas em poder dos quotistas	3.565.216	3.565.216
Lucro por quota - básico	0,62	0,10

(14) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de operações com energia elétrica	**2022**	**2021**
Classe de consumidores		
Industrial	36.107	26.500
Comercial	3.579	3.392
Rural	900	-
Fornecimento faturado	**40.586**	**29.892**
Fornecimento de energia elétrica	**40.586**	**29.892**
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	27.534
Energia elétrica de curto prazo	604	1.027
Suprimento de energia elétrica	**604**	**28.561**
Total da receita operacional bruta	**41.190**	**58.452**
Deduções da receita operacional		
ICMS	(4.392)	(828)
PIS	(647)	(1.015)
COFINS	(2.980)	(4.673)
	(8.020)	**(6.516)**
Receita operacional líquida	**33.171**	**51.937**

A receita de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2022 foram vendidos 141.539 MWh (389.980 MWh em 2021).

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

(15) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Energia comprada para revenda	**2022**	**2021**
Energia de curto prazo	251	1.020
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	29.047	49.920
Crédito de PIS e COFINS	(2.853)	(5.070)
Subtotal	**26.447**	**45.870**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos de serviço do sistema - ESS liquido do repasse da CONER (*)	1.346	6.187
Encargos de energia de reserva - EER	1.605	(462)
Crédito de PIS e COFINS	(273)	(530)
Subtotal	**2.678**	**5.195**
Total	**29.125**	**51.066**

(*) Conta de energia de reserva

Os volumes de energia comprada para revenda no ano de 2022 foram de 141.720 MWh (389.897 MWh em 2021).

(16) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

			Despesas Operacionais					
	Custo com operação		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Serviços de terceiros	391	151	376	340	-	-	767	491
Outros	-	-	6	4	27	15	33	19
Arrendamentos e aluguéis	-	-	6	4	-	-	6	4
Outros	-	-	-	-	27	15	27	15
Total	**391**	**151**	**382**	**344**	**27**	**15**	**800**	**510**

(17) RESULTADO FINANCEIRO

	2022	**2021**
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	252	52
Acréscimos e multas moratórias	14	5
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(12)	(16)
Liquidação Financeira CCEE	3	296
Total	**256**	**337**
Despesas		
Outros (*)	(20)	(28)
Total	**(20)**	**(28)**
Resultado financeiro	**236**	**309**

(*) A rubrica outros na despesa financeira é composta basicamente pela liquidação financeira CCEE em 2022 e em 2021 pelos juros sobre mútuos a pagar a CPFL Comercialização Brasil S.A.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

(18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Empresa é controlada diretamente pela CPFL Comercialização Brasil S.A., empresa controlada pela CPFL Energia S.A., que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Empresa como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Empresa. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.

- **Materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e consultoria.

A Empresa possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da Empresa e por um membro independente, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

	ATIVO		PASSIVO		Receita		DESPESA	
Empresas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	3	-	3	4
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	2.718	3.868	1.427	3.819	29.047	27.534	-	49.920
Materiais e Prestação de Serviços								
Nect Serv. Adm. Infra. Ltda.	-	-	-	1	4	-	-	7
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.	541	-	-	150	391	-	-	150
Nect Serv. Adm. Financ. Ltda.	21		-	21	321		-	301
Nect Serv. Adm. Supr. e Logist. Ltda.	-		-	1	5		-	4
Mutuo								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	26

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

(19) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Empresa compreende, principalmente, comercialização de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Empresa, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da Empresa deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da Empresa compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Empresa está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Empresa cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da Empresa, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Empresa, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Empresa está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Empresae e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre da possibilidade das comercializadoras incorrerem em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Empresa é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Empresa mantem políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Empresa utiliza-se de sistema de *software* (*Luna e Bloomberg*), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Empresa estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Empresa suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Empresa tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Empresa não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(20) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

				31/12/2022		31/12/2021	
	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	5.119	5.119	2.865	2.865
Total				**5.119**	**5.119**	**2.865**	**2.865**

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda
Categoria / Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa;

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Empresa. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Empresa sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas.

A Empresa considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2021 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

c) Análise de liquidez

A Empresa gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Empresa deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota explicativa	Menos de 1 mês	Total
Fornecedores	11	3.288	3.288
Total		**3.288**	**3.288**

(21) COMPROMISSOS

Os compromissos da Empresa relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia	6	23.645	40.072	3.124	66.841
Total		**23.645**	**40.072**	**3.124**	**66.841**

DocuSign Envelope ID: 1BB829A0-28B9-437F-AC71-0807A13F528D

(22) EVENTOS SUBSEQUENTES

22.1 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Empresa avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Empresa, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

RICARDO MOTOYAMA DE ALMEIDA
Diretor Superintendente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4